



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 2/XIII/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de setembro de 2016, pelas 9 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
  - **COM (2016)197 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Reformar o Sistema Europeu Comum de Asilo e melhorar as vias de entrada legal na Europa;  
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
  - **COM (2016) 270 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida (reformulação);  
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
  - **COM (2016) 271 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a agência da união europeia para o asilo e revoga o regulamento (UE) n.º 439/2010;  
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
  - **COM (2016) 272 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º 604/2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de pedidos de proteção internacional apresentados num dos Estados-Membros por nacionais de países terceiros ou apátridas], da identificação de nacionais de países terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011 que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (reformulação);  
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
  - **COM (2016) 434 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1030/2002 do Conselho, de 13 de junho de 2002, que estabelece um modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros;  
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
3. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e como ponto prévio, foi comunicado que a audição com a Senhora Ministra da Administração Interna, requerida pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, já estava confirmada para a reunião seguinte da Comissão, no dia 28 de setembro, às 12 horas.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 2/XIII/ 2.ª SL**

Em seguida, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

**PROPOSTA DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
<b>PPL 30/XIII/2.ª (GOV)</b>	<a href="#">Procede à primeira alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto.</a>	<b>Deputado José Silvano (PSD)</b>

No segundo ponto da ordem do dia, foram apresentados, em conjunto, pelo respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), os relatórios de um pacote de quatro iniciativas legislativas que se prendem com a matéria do direito de asilo na União, bem como de uma outra sobre matéria conexa:

- [\[COM\(2016\)197\]](#) - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Reformar o Sistema Europeu Comum de Asilo e melhorar as vias de entrada legal na Europa;

- [COM\(2016\)270](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida (reformulação);

- [COM \(2016\) 271](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a agência da união europeia para o asilo e revoga o regulamento (UE) n.º 439/2010;

- [COM\(2016\)272](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º 604/2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de pedidos de proteção internacional apresentados num dos Estados-Membros por nacionais de países terceiros ou apátridas], da identificação de nacionais de países



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 2/XIII/ 2.ª SL

terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011 que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (reformulação);

- [COM\(2016\)434](#) - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1030/2002 do Conselho, de 13 de junho de 2002, que estabelece um modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros.

No debate que se seguiu, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), que saudou o Senhor Deputado relator pela qualidade e profundidade dos relatórios apresentados e realçou o facto de que Portugal tem sido um país de referência nesta matéria.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) disse concordar com a ideia de que a matéria do asilo deveria ser tratada ao nível da União Europeia, mas discordar da política e do conteúdo das iniciativas europeias por entender que, após a Convenção de Dublin, houve uma mudança de conceção, passando a Europa a discutir como se defender dos requerentes de asilo, o que resultou numa menor proteção dos que carecem dessa proteção, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PCP se iria abster na votação dos relatórios.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), sem pôr em causa a qualidade e profundidade dos relatórios, juntou-se à observação feita pelo Senhor Deputado do PCP, sublinhando que deveria ser feita uma avaliação política de fundo, e manifestou a sua discordância quanto à evidência do cumprimento do princípio da subsidiariedade, razão pela qual o Grupo Parlamentar do BE também se iria abster na votação, tendo o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) respondido que entendia o princípio da subsidiariedade como eminentemente neutro.

Intervieram, ainda, os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS) e Fernando Negrão (PSD), chamando a atenção para o modo como era feita a articulação com a Comissão de Assuntos Europeus no tratamento dos relatórios apresentados, uma vez que a



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 2/XIII/ 2.ª SL

elaboração de um parecer final por aquela poderia significar uma desvalorização dos relatórios aprovados na 1.ª Comissão, que surgiriam como um mero «apêndice» do parecer final, pelo que se justificaria fazer, oportunamente, uma reflexão sobre essa interação com a Comissão de Assuntos Europeus.

O Senhor Presidente esclareceu que já havia contactado o Senhor Presidente da Assembleia da República a propósito das questões suscitadas e que a metodologia até então adotada estaria sujeita a ser revista no sentido das preocupações ali manifestadas.

No final, submetidos a votação, os cinco relatórios foram aprovados, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do BE e do PCP.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de setembro de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 2/XIII/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
Jamila Madeira  
José Luís Ferreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Moraes  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Carlos Abreu Amorim  
Paulo Rios de Oliveira  
Telmo Correia